



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681334 - SP (2021/0226337-9)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ESTELA WAKSBERG GUERRINI - SP235368  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDERSON LEITE LUCARELLI (PRESO)  
**CORRÉU** : MARLON ANDREUS VALERIANO  
**CORRÉU** : HIAGO ANTONIO GARCIA DA SILVA  
**CORRÉU** : ALEX SANDRO CIRIACO DE CARVALHO  
**CORRÉU** : CLEITON DIAS MARQUES DE BRITO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON LEITE LUCARELLI, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0013268-40.2011.8.26.0066).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, c/c os arts. 29 e 70, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta que merece reforma o acórdão impugnado por não ter sido a confissão extrajudicial confirmada por nenhum dos investigados envolvidos no processo, não tendo sido colhidas outras provas para se imputar ao paciente a autoria delitiva. Ressalta que a vítima não reconheceu os acusados em juízo.

Acrescenta que "a versão policial deve ser observada e valorada, para o oferecimento da denúncia, mas para uma condenação, é preciso que sejam produzidas, em juízo, provas que tragam indícios claros de autoria" (e-STJ fl. 7).

Defende, assim, serem insuficientes as provas produzidas nos autos para a conclusão acerca da autoria do crime.

Requer, liminarmente, seja reconhecida a ilegalidade da condenação, com a consequente absolvição do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem a fim de que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a absolvição do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 59-62):

*O conjunto probatório produzido, entretanto, não deixa qualquer dúvida da participação dos apelantes nos roubos em tela.*

*As vítimas Elcio e Guilherme confirmaram os fatos descritos na denúncia, relatando que dois indivíduos,*

encapuzados e armados, entraram na residência de Elcio e subtraíram diversos bens, entre eles um veículo Astra, bem como um aparelho celular e dinheiro de Guilherme, que chegou ao local quando eles estavam saindo. Elcio descreveu ainda que sua esposa e sua filha também estavam na casa, sendo que ele e sua filha foram agredidos por diversas vezes pelos roubadores, e que estes conversavam por telefone com outros indivíduos durante a ação. Elcio relatou, também, ter recuperado as rodas de seu veículo, identificadas por ele na delegacia. Guilherme também narrou que seu aparelho celular fora recuperado. Os ofendidos afirmaram ainda não ter condições de reconhecer os agentes criminosos, não conhecendo anteriormente os apelantes.

O policial civil Walter Luiz Vieira, em depoimento seguro e coerente, descreveu as investigações que levaram à identificação dos apelantes como autores dos roubos. Relatou que houve a interceptação telefônica do aparelho celular subtraído, o qual estava na posse de terceira pessoa, que o adquiriu de Anderson, tendo este negado a prática dos delitos, dizendo ter apenas retirado as rodas de um veículo abandonado, mas delatado Cleiton, Hiago e Marlon. Posteriormente, estes indivíduos foram ouvidos na delegacia e, ora um ora outro, negavam a prática do delito, mas indicavam a participação dos demais.

Nem se afirme que os depoimentos de policiais não podem ser considerados, pois os agentes da autoridade não são suspeitos ou impedidos de depor. Suas palavras devem ser analisadas frente ao restante das provas e, perfazendo um conjunto probatório claro e coeso, há que se dar crédito a tais versões. E este é o caso dos autos. Além do mais, não foi trazido a Juízo motivo algum capaz de arranhar o crédito de suas narrativas.

As testemunhas de defesa nada trouxeram de relevante ao deslinde da ação, apenas diversas vezes pelos roubadores, e que estes conversavam por telefone com outros indivíduos durante a ação. Elcio relatou, também, ter recuperado as rodas de seu veículo, identificadas por ele na delegacia. Guilherme também narrou que seu aparelho celular fora recuperado. Os ofendidos afirmaram ainda não ter condições de reconhecer os agentes criminosos, não conhecendo anteriormente os apelantes.

Por fim, como também indicado pelo digno Magistrado sentenciante, referindo-se às alegações do douto Promotor de Justiça, “Alex Sandro, Cleiton e Hiago praticaram outro roubo juntos (vide certidões a fls. 44/46 do apenso de antecedentes) e Cleiton, Marlon e Anderson também praticaram outro roubo juntos (vide certidão a fls. 58 verso e 59 do apenso de antecedentes)”. É óbvio que tais circunstâncias, por si sós, não seriam suficientes para a condenação dos apelantes, mas reforçam as demais provas colhidas

*nos autos e indicam uma relação mais íntima entre os  
recorrentes e a prática de crimes semelhantes.  
Patente, pois, a prática do roubo em tela, pelos  
apelantes, diante do robusto conjunto probatório  
produzido, não havendo que se falar em absolvição.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência